

Fusão de bancos preocupa. Malan e Loyola convocados

Em debates na Comissão de Assuntos Econômicos, senadores alertam para o risco de contribuintes terem de pagar a conta da medida provisória que reorganiza sistema financeiro

Alcântara questiona gastos com publicidade

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) questionou os gastos do governo com publicidade, dizendo-se convencido de que há algo errado com os investimentos das empresas estatais nesse setor. "Ou as empresas do governo não planejam sua publicidade ou têm razões especiais, que fogem talvez às leis de mercado, para fazer grandes investimentos em publicidade em determinados anos", afirmou.

Alcântara pretende apresentar propostas capazes de permitir maior controle do Legislativo sobre a elevação dos percentuais de gastos do governo em publicidade.

Ele notou que o aumento dos gastos publicitários do governo se deu simultaneamente ao Plano Real, e destacou as estatais que apresentaram acentuado crescimento em sua publicidade entre 1993 e 1994 - a Telebrás, com 6.751,17%, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, com 1.628,64%, e o Banco do Brasil, com 492,02%.

Alcântara considera um absurdo que empresas estatais gastem tanto com publicidade, principalmente quando exercem monopólio, o que por natureza as deixa livres da concorrência. Ele lastimou que o poder público esteja incrementando seus gastos com publicidade na mesma proporção dos anunciantes privados.



A CAE debateu ontem as novas regras para fusões de bancos

Suassuna cobra apuração de denúncias contra Dallari e Motoki

A margem de lucro das distribuidoras, nos últimos 20 anos, oscilou entre 12 e 13%, percentual que teria saltado para 37% após reajuste autorizado durante a conversão de preços para o real, em meados de 1994. A denúncia, feita pelo presidente da Federação Nacional dos Revendedores de Combustíveis, Luiz Gil Siuffo, foi destacada ontem pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB).

Suassuna ressaltou que o Poder Executivo e o Ministério Público devem à opinião pública "uma apuração completa e rigorosa" do envolvimento do ex-secretário de Acompanhamento Econômico, Milton Dallari, e do ex-diretor do DNC (De-

partamento Nacional de Combustíveis), Paulo Motoki, que autorizaram o novo índice.

- Há uma interessante coincidência de acontecimentos que dão força à suspeita de favorecimento às distribuidoras - enfatizou.

O senador também reclamou que a maioria das denúncias feitas por parlamentares fica sem resposta. Em aparte, Roberto Requião (PMDB-PR) considerou que "a ausência de resposta é a regra", mas que espera que o governo não se omita diante da denúncia.

Suassuna disse que os 14% de margem de lucro das distribuidoras de combustíveis no Brasil são comparativamente superiores ao permitido nos principais países desenvolvidos.

O risco de as fusões e incorporações de bancos, estimuladas pela Medida Provisória nº 1.179/95, serem financiadas com dinheiro público levou a Comissão de Assuntos Econômicos a convocar o ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o presidente do Banco Central, Gustavo Loyola.

Na mesma reunião foi aprovado projeto de resolução que veda as operações de crédito da União e de suas autarquias, inclusive o BC, que impliquem a assunção de dívidas de instituições financeiras públicas e privadas. **Página 4**

NESTA EDIÇÃO

Agaciel revela números reais do Senado

Página 3

Reeleição entra em debate

A Comissão Especial destinada a estudar a reforma político-partidária debateu a reeleição no Executivo ontem com o ministro da Justiça, Nelson Jobim. O assunto também foi abordado pelo presidente do Senado, José Sarney, e pelo senador Ademir Andrade. **Página 3**

Fogaça apóia proposta do governo para educação

Senador garante que problema do sistema educacional brasileiro é o mau gerenciamento, pois os recursos existem mas são mal distribuídos

A educação não precisa de novos prédios, mas de boas aulas. O diagnóstico foi feito ontem pelo senador José Fogaça (PMDB-RS), ao apoiar a criação do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério, proposta pelo governo e que se encontra tramitando no Congresso.



José Fogaça

Segundo Fogaça, o problema do sistema educacional brasileiro é o seu mau gerenciamento, pois os recursos existem mas são mal distribuídos, e o conteúdo curricular das escolas depende de melhoramento salarial e de treinamento do magistério.

Para o senador, a solução está na determinação do governo em

investir na qualidade do ensino e na distribuição equânime dos recursos. Fogaça explicou que a proposta do governo prevê a destinação de 15% de todos os impostos arrecadados ao Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério. Esses recursos serão utilizados para garantir um patamar mínimo de aplicação por aluno no valor de R\$ 300,00.

Isenção para radioamadores

O senador Romeu Tuma (SP) quer que os radioamadores sejam isentos do pagamento da Taxa de Fiscalização das Telecomunicações (TFT) e das alíquotas de importação de equipamentos.



Tuma

Segundo Tuma, trata-se de atividade sem fins lucrativos, que presta serviços gratuitos e, conforme seu regulamento, nos casos de emergência, os radioamadores devem "atender convocação para prestar serviços de utilidade pública".

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador José Sarney

- 9h** - Participa da abertura do Encontro dos presidentes dos Partidos Políticos do Mercosul. Local: Espaço Cultural da Câmara dos Deputados.
10h - Despachos internos.
11h - Recebe o presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, desembargador Ulihoa.
11h30 - Recebe o deputado Herculano Anghinetti.
12h - Recebe o presidente das Federações e Associações Estaduais de Projetos.
14h30 - Preside Sessão Ordinária do Senado.
15h - Recebe os senadores José Eduardo Dutra e Eduardo Suplicy.

PLENÁRIO

- 14h30 - Sessão Ordinária do Senado.**
Pauta: - Votação em segundo turno das "PECs nºs 39/95, que flexibiliza o monopólio estatal do petróleo, e 40/95, que dispõe sobre a instituição de contribuição social para o financiamento das ações e serviços de saúde.

COMISSÕES

- 9h - CPI da Mineração**
Pauta: Depoimento dos ex-governadores Pedro Pedrossian e Jaime Campos. Local: Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho.
10h - Comissão de Assuntos Sociais
Pauta: Diversas matérias, destacando-se: "PLC nº 45/94 (não terminativo), que dispõe sobre a necessidade de apuração de falta grave para dispensa de dirigente e representante sindical, e dá outras providências; *PLS nº 89/95 (terminativo), que dispõe sobre a organização sindical, e dá outras providências; e *PLS nº 152/95 (terminativo), que institui o vale do leite, e dá outras providências. Local: Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa.
10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se as *PECs nº 46/95, que dispõe sobre o tratamento tributário dispensado aos produtos integrantes da cesta básica, nº 12/95, que promove a desapropriação, por interesse social, de imóvel, para fins de urbanização, mediante prévia e justa indenização; nº 09/95 (tramita em conjunto com a PEC nº 14/95), que diz respeito aos limites de remuneração do servidor público; e nº 53/95, que acrescenta parágrafos ao art. 14 da CEF, dispondo sobre a ação de impugnação de mandato eletivo. Local: Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.
10h - Comissão Especial de Rádio e TV
Pauta: Exposição do diretor-geral da Net do Brasil, Antônio Athayde. Local: Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.
10h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.168/95, que dispõe sobre a Nota do Tesouro Nacional - NTN e sua utilização para aquisição de bens e direitos alienados no âmbito do

Programa Nacional de Desestatização PND, instituído pela Lei nº 8.031/90, consolidando as normas sobre a matéria constante da Lei nº 8.177/91, e da Lei nº 8.249/91, e altera o art. 3º da Lei nº 8.249/91.

9h - Pauta: Instalação, eleição do presidente, do vice-presidente e escolha do relator. Local: Sala 06 - Ala Senador Nilo Coelho.

10h30 - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.167/95, que dispõe sobre a base de cálculo da contribuição para o Programa de Integração Social - PIS, devida pelas pessoas jurídicas a que se refere o § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212/91, e dá outras providências.

Pauta: Instalação, eleição do presidente, do vice-presidente e escolha do relator. Local: Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h30 - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.150/95, que dá nova redação a dispositivos da Lei nº 8.742/93, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, e dá outras providências.

Pauta: Instalação, eleição do presidente, do vice-presidente e escolha do relator. Local: Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa.

11h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.164/95, que dispõe sobre crédito rural, e dá outras providências.

Pauta: Instalação, eleição do presidente, do vice-presidente e escolha do relator. Local: Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa.

15h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.157/95, que dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 8.844/94.

Pauta: Instalação, eleição do presidente, do vice-presidente e escolha do relator. Local: Sala 06 - Ala Senador Nilo Coelho.

16h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.166/95, que dispõe sobre a instituição de crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados, para ressarcimento do valor do PIS/PASEP e COFINS nos casos que especifica, e dá outras providências.

Pauta: Instalação, eleição do presidente, do vice-presidente e escolha do relator. Local: Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa.

17h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.163/95, que dispõe sobre as alíquotas de contribuição para o Plano de Seguridade Social do servidor público civil ativo dos Poderes da União, das autarquias e das fundações públicas, e dá outras providências.

Pauta: Instalação, eleição do presidente, do vice-presidente e escolha do relator. Local: Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho.

11h - Comissão Especial do Vale do São Francisco

Pauta: Exposição do secretário especial de Políticas Regionais, Cícero Lucena. Local: Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho.

Nelson Jobim defende reeleição para os cargos do Executivo

Ministro garante, no entanto, que o governo não vai se empenhar para que a mudança seja aprovada pelo Congresso



Jobim presta depoimento no Senado

Proposta tem apoio de Sarney

O presidente do Senado, José Sarney, disse ontem que é favorável à reeleição para cargos executivos nos seus três níveis - federal, estadual e municipal. Para ele, no entanto, a iniciativa deve partir do Executivo e ser precedida de amplo debate entre os partidos e as lideranças políticas.

Ademir diz que reeleição é inoportuna

O Encontro Nacional de Prefeitos, realizado em Brasília, demonstra como é inoportuna a proposta de reeleição dos detentores de mandatos no Executivo. Esta é a opinião do senador Ademir Andrade (PSB-PA), para quem os objetivos do

Sarney argumentou que os mandatos atuais, de quatro anos, são muito pequenos para a execução de um programa de governo. Ele adiantou que não vê qualquer impedimento para que, uma vez aprovada pelo Congresso, a reeleição venha a ser postulada pelos atuais ocupantes de funções executivas.

encontro estão sendo desvirtuados por um forte lobby favorável à prorrogação dos mandatos municipais. Ele concluiu os parlamentares a reagirem "à pressão que está sendo feita sobre o Congresso Nacional".

O ministro da Justiça, Nelson Jobim, defendeu ontem, no Senado, a possibilidade de reeleição para os ocupantes de cargos eletivos no Executivo, sugerindo que o candidato se afaste pelo prazo de apenas três meses, durante a campanha eleitoral.

Jobim garantiu, no entanto, diante de questionamento do senador Francelino Pereira (PFL-MG), que não haverá empenho do governo em aprovar a mudança.

Em depoimento à Comissão Especial destinada a estudar a reforma político-partidária, o ministro da Justiça anunciou o envio em breve de proposta de emenda constitucional do governo alterando as regras atuais para a criação de novos municípios, com uma novidade: a proposta prevê o remembramento compulsório de municípios que atingiram sua autonomia sem observar certos critérios.

Indagado pelo senador Sérgio Machado (PSDB-CE), Jobim mostrou-se favorável à continuação do sistema de dois turnos para as eleições majoritárias, menos para as prefeituras.

Requião: Bloqueio a Cuba é inútil

O bloqueio dos Estados Unidos ao governo de Fidel Castro é "anacrônico, inútil e incompetente", afirmou o senador Roberto Requião (PMDB-PR), ao anunciar o restabelecimento do Grupo Parlamentar Brasil-Cuba, do qual é o presidente.

Requião recebeu apertes favoráveis dos senadores Pedro Simon (PMDB-RS), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Humberto Lucena (PMDB-PB). Contrário ao pronunciamento, manifestou-se o senador Jefferson Peres (PSDB-AM).

Simon exalta as virtudes de Rabin

Um dia trágico para a história da humanidade. Assim o senador Pedro Simon (PMDB-RS) classificou o assassinato do primeiro-ministro de Israel, Yitzhak Rabin, "uma das figuras mais marcantes desse final de século, um herói da guerra e da paz".

Simon lembrou que Rabin foi um dos generais que combateram na famosa Guerra dos Seis Dias, em 1967, e que agora era um dos artífices da paz.

Solidarizaram-se com os votos de pesar os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e José Fogaça (PMDB-RS).

Dutra: Governo quer é "fazer caixa"

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) afirmou que o Congresso estará "passando um cheque em branco" ao governo caso aprove a proposta de reforma administrativa. O plano diretor elaborado pelo Ministério da Administração é repleto de falhas técnicas e não justifica com dados precisos o que o governo pretende, diz o senador.

Dutra entende que, na verdade, o que o governo busca "é fazer caixa", reduzindo salários e demitindo em nome da reforma.

Agaciel: senador só pode contratar quatro assessores

Cada senador só pode contratar quatro funcionários para trabalharem em seu gabinete, e não 48, como escreveu em artigo a jornalista Suely Caldas, no jornal *O Estado de S. Paulo*, no último domingo. O esclarecimento foi feito ontem pelo diretor-geral do Senado, Agaciel Maia. "Não sei de onde a jornalista tirou esse número", afirmou. Os quatro assessores que cada senador pode contratar não têm estabilidade empregatícia, ou seja, são des-

pedidos assim que termina o mandato do parlamentar.

Agaciel Maia contestou ainda a afirmação da jornalista de que cada senador custa por mês R\$ 680 mil. "Além dos quatro funcionários, cada senador pode requisitar funcionários de carreira do Senado, desde que a soma de todos os salários de quem serve ao seu gabinete não passe de R\$ 70 mil por mês", explicou. Para ele, aparentemente a jornalista dividiu os gastos totais do Senado pelo número de se-

nadores.

A jornalista afirma ainda que, nos últimos quatro meses, os senadores votaram apenas "as emendas que acabam com o monopólio do petróleo e das telecomunicações. E só". Na verdade, conforme levantamento da Secretaria-Geral da Mesa, nos últimos três meses (houve recesso em julho) os senadores votaram 150 matérias, entre projetos de lei, emendas constitucionais e mensagens do presidente da República.

Desaparecidos na pauta amanhã

O Senado aprovou ontem à noite requerimento de urgência para a votação amanhã do projeto do governo sobre os desaparecidos políticos. Aprovado por unanimidade, o requerimento foi apresentado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP) em conjunto com os senadores Elcio Alvares, líder do governo, Jádor Barbalho (PA), líder do PMDB, Geraldo Melo (PSDB-RN) e Edison Lobão (PFL-MA).

Decisão sobre MPs fica para dia 28

O Senado decidiu adiar para o próximo dia 28 a deliberação sobre propostas de emenda constitucional destinadas a limitar o poder do Executivo de baixar Medidas Provisórias. Encontravam-se na Ordem do Dia requerimentos dos senadores Roberto Requião (PMDB-PR) e Eduardo Suplicy (PT-SP) propondo a votação de dois projetos que tramitam na Casa.

Mauro defende os municípios

A falta de apoio e de orientação e as dificuldades enfrentadas pelos prefeitos diante dos embargos burocráticos do governo federal foram denunciadas ontem pelo senador Mauro Miranda (PMDB-GO) ao apoiar as teses defendidas no Congresso Brasileiro dos Municípios. "O momento para esse debate nacional é oportuno, pelas grandes questões que envolvem hoje a sobrevivência de um autêntico municipalismo no país", afirmou o senador.

FUSÃO DE BANCOS

CAE convoca Malan e Loyola



Medida sobre fusão de bancos dominou os debates na CAE

Júnia quer Malan no plenário

Os processos de fusão e incorporação de bancos já são regulamentados em legislação ordinária. Este foi o principal argumento levantado ontem pela senadora Júnia Marise (PDT-MG) para justificar requerimento de sua

autoria convocando o ministro da Fazenda, Pedro Malan, para prestar esclarecimentos ao plenário sobre a edição da Medida Provisória n.º 1.179, que dispõe sobre medidas de fortalecimento do sistema financeiro nacional.

Suplicy aponta contradição na MP

A criação de uma linha de assistência financeira para as operações de fusão de bancos, bem como as alterações no tratamento tributário destes casos, prevista na MP 1.179, contradiz a intenção do governo de elevar a arrecadação,

com aumento de impostos e contribuições, segundo o senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Ele comparou a pressa em solucionar o problema dos bancos com a demora em resolver problemas como os conflitos pela terra e a crise nos hospitais.

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado decidiu ontem convocar o ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, para um debate, no próximo dia 21, em torno da medida provisória com que o governo pretende estimular e apoiar as fusões de bancos e a reestruturação de todo o sistema financeiro nacional. Diversos parlamentares manifestaram preocupações com a possibilidade de essas fusões serem financiadas com dinheiro público.

A pedido do presidente da comissão, senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), o senador Vilson Kleinübing (PFL-SC) fez um relato de seus contatos, como representante da CAE, com dirigentes e técnicos do Banco Central em torno da questão.

Na mesma reunião foi aprovado projeto de resolução de Gilberto Miranda que, na prática, acabará colidindo frontalmente com a medida provisória sobre fusões.

A CAE ouviu ontem à noite a exposição do ministro Raimundo Brito, das Minas e Energia, sobre o projeto Sipam/Sivam. O depoimento prosseguirá até o fechamento desta edição, às 21 horas.

Não há prazo para votar novo fundo este ano

Os prazos exigidos pelo Regimento Interno do Senado não permitem que seja apreciada pela Casa, ainda neste ano, a proposta de criação do Fundo de Estabilização Fiscal, especialmente caso a votação na

Câmara termine dia 21, conforme está previsto. Ao dar ontem a informação, o presidente do Senado, José Sarney, esclareceu que esta circunstância não inviabilizará o FEF.

- O Fundo está sendo criado

por emenda constitucional às Disposições Transitórias, e passará a vigorar no momento em que for aprovado, e até mesmo porque não se trata mais de uma prorrogação do hoje existente (FSE) - explicou.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1.º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2.º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1.º Secretário: Odacir Soares
2.º Secretário: Renan Calheiros ■ 3.º Secretário: Levy Dias
4.º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade ■ Editores - Djálba Lima e Edson de Almeida
Diagramação - Alcemar Coelho e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo e Márcia Kalume ■ Revisão - Maria das Graças Aureliano ■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.